

IV – Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo para o período findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em euros)

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

Nota 1

➔ Identificação da entidade e período de relato

MUNICÍPIO DE VALPAÇOS (doravante Município ou Entidade), pessoa coletiva de direito público, CAE 84113, tem a sua sede social na Praça do Município, em Valpaços, o n.º de identificação de pessoa coletiva 506 874 320 e encontra-se inserido na área territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIM-ATB).

Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo, não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do período, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

O Município passou a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associadas ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão, assim como os que estão associados à iluminação pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária E-Redes, originando reexpressão dos valores a 31 de dezembro de 2020, considerando que de acordo com a IPSAS 33, o Município dispõe de 3 anos para reconhecer ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico.

Xuillat
4
de
1

Nestas circunstâncias, de acordo com as regras contabilísticas do SNC-AP, procedeu-se ao aumento dos ativos fixos tangíveis da entidade em 2.980.489 euros.

Em seguida podemos verificar, além do reconhecimento feito no período de 2021, todos os ajustamentos de transição feitos desde a entrada em vigor do SNC-AP (2020) até ao término de 2022.

Quadro XLI

Mapa Consolidado dos Ajustamentos de Transição para o SNC-AP

01/01/2020 a 31/12/2022

RUBRICAS DO BALANÇO	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades /reversões	Outros	Retificações	Reclassificações
(1)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ATIVO							
ATIVO NÃO CORRENTE							
Ativos fixos tangíveis	2 980 489,00	-2 586 103,78	-2 131 218,29				-568 291,73
Propriedades de investimento							413 850,00
Ativos intangíveis		-57 558,54					154 441,73
Total	2 980 489,00	-2 643 662,32	-2 131 218,29	0,00	0,00	0,00	0,00
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Resultados transitados		-1 915 479,46	-1 284 327,45				
Outras variações no património líquido		-772 613,01	-846 890,85				
Resultado Líquido do Período		44 430,15					
Total	0,00	-2 643 662,32	-2 131 218,30	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO NÃO CORRENTE							
Diferimentos	2 980 489,00						
Total	2 980 489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer reclassificações nas demonstrações financeiras do município.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Todos os valores de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Quadro XLII

Conta PCM	Natureza	31/12/2022	31/12/2021
111	Numerário	0,00	0,00
117	Valores a entregar a terceiros		
...			
121	Depósitos à ordem no Tesouro		
1221	Depósitos bancários na instituição Caixa Geral Depósitos:		
	Conta n.º 840000012530	407 054,86	304 491,53
	Conta n.º 840000877030	37 372,58	24 942,14
	Conta n.º 840027277930	400 000,00	400 000,00
	Conta n.º 84000027816630	421 770,55	2 259 863,07
1222	Depósitos bancários na instituição Novo Banco:		
	Conta n.º 662006700002	7 967,80	8 258,38
1223	Depósitos bancários na instituição Banco Português de Investimentos:		
	Conta n.º 81939880001	6 816,33	11 529,70
1224	Depósitos bancários na instituição Santander Totta:		
	Conta n.º 2102708019001	1 456 023,72	1 244 023,83
	Conta n.º 330210991020	817 946,46	569 096,18
1225	Depósitos bancários na instituição Millenium BCP:		
	Conta n.º 4482194816	2 609 015,73	2 283 479,60
1226	Depósitos bancários na instituição Crédito Agrícola:		
	Conta n.º 40054577979	241 685,85	44 190,62
...			
	Equivalentes de caixa		
...			
	Descobertos bancários		
...			
Total		6 405 653,88	7 149 875,05

2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Nota 2

➔ 2.1 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2022, encontram-se reconhecidos ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Por se considerar que têm vidas úteis finitas, são amortizados consoante a vida útil estimada.

As amortizações são calculadas, assim que o ativo estiver em condições de utilização, pelo método das cotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

Os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador, revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), revisão da reserva ecológica do concelho, cartografia e ortografia do concelho.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Quadro XLIII

	Ano de vida Útil
Programas de computador	3
Revisão do PDM	3
Revisão da Reserva Ecológica	3
Cartografia e ortografia	3

Os custos com a manutenção de programas informáticos são contabilizados como gastos do período em que ocorrem.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao seu custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos tangíveis são depreciados numa base sistemática durante a vida útil. As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pelo executivo, e são imputadas numa base sistemática (cotas constantes) durante a sua vida útil estimada.

Os terrenos não são objeto de qualquer depreciação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Quadro XLIV

	Ano de vida útil
Edifícios e outras construções	10-100
Infraestruturas	10-20
Património histórico, artístico e cultural	8
Outros bens de domínio público	8
Equipamento básico	3-14
Equipamento de transporte	2-14
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	2-14

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo custo amortizado. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos, são reconhecidas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica). Os empréstimos obtidos, com exceção do contratualizado no âmbito do PAEL – *Programa de Apoio à Economia Local*, que se destinou ao pagamento de dívidas vencidas no âmbito da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, os demais estão relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, nomeadamente, habitação social, edifícios escolares, biblioteca, pavilhões multiusos e viação rural.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas como ativo, quando for provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a entidade e o custo da propriedade de investimento possa ser mensurado fiavelmente.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos de período a que respeitam.

Imparidade de ativos

A imparidade de um ativo, reflete uma perda de benefícios económicos futuros, para além do reconhecimento dessas perdas através de depreciações ou amortizações.

Num ativo gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição nos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporado nesse ativo para a entidade que o controla. Num ativo não gerador de caixa, a imparidade reflete uma diminuição na utilidade desse ativo para a entidade que o controla.

A entidade efetua à data do balanço uma avaliação da existência de imparidades, que resulte em alterações, que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável. Sendo reconhecido de imediato na Demonstração de Resultados na rubrica «perdas por imparidade».

glo
Contas a receber e a pagar

Clientes, contribuintes, utentes e outros devedores: As dívidas de «Clientes», «Contribuintes», «Utentes» e as de «Outros devedores» (outros créditos a receber) são reconhecidas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Fornecedores e outras dívidas a pagar: As de fornecedores e de outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O executivo da entidade analisa de forma periódica, eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, por se considerar que os mesmos não sejam mensuráveis com fiabilidade e a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação, atendendo à dificuldade fiável na sua mensuração.

Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de «Caixa e seus equivalentes» correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo.

Estes ativos são mensurados ao seu valor nominal.

Inventários

«As matérias-primas e subsidiárias» para a produção de bens e/ou serviços são valoradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui todas as despesas incorridas para colocar os

inventários no seu local e na sua condição atuais. Utiliza-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a uma outra entidade.

Transações sem contraprestação são transações em que a entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual.

São exemplos destas transações os impostos e as transferências.

Transferências e subsídios correntes obtidos: As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de apoio à contratação ou de formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica «Subsídios à exploração» da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas de investimento e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de «Diferimentos», sendo registados como rendimento do período (rubrica «Transferências e subsídios correntes obtidos»), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica «Imputação de subsídios» e «Transferências para investimentos») numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários

para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos.

Especialização dos períodos

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica), pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são reconhecidas nas rubricas de «Outros contas a receber e a pagar» e em «Diferimentos».

Impostos sobre o rendimento

A entidade é sujeito passivo de IRC, mas isenta, salvo quanto a rendimentos de capitais, atendendo à alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2, ambos do artigo 9º do CIRC.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjustingevents”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjustingevents”), se materiais, são divulgados no anexo.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

Um instrumento financeiro é reconhecido, apenas se os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio forem reconhecidos pela entidade, quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: dinheiro; um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; um direito contratual (de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade); trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual: para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou para trocar ativos financeiros ou

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'A. L. B. S.' and a large stylized signature.

passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, compensação com as despesas de saúde, abonos para falhas, despesas de representação, abono de família e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo executivo, obedecendo aos normativos legais em vigor. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o referido anteriormente.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalente.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, contribuintes e utentes, recebimentos de transferências subsídios correntes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal, pagamentos de transferências e subsídios, pagamento de prestações sociais e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa

abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis, investimentos financeiros, recebimento de transferências de capital tendentes ao financiamento de AFT e intangíveis, recebimento de juros e rendimentos similares, bem como recebimentos de investimentos financeiros.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os recebimentos referentes a financiamentos bancários obtidos, pagamento de amortização de empréstimos e os juros e gastos similares incorridos (e pagos).

Partes relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os feitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos, estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

As demonstrações financeiras findas a 31 de dezembro de 2022, são comparáveis com as demonstrações financeira do período findo a 31 de dezembro de 2021. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do período.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Juliana' at the top.

justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Assim sendo, os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, mantendo-se a atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os seus fins.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, salvo as derivadas do aumento material da taxa de inflação e do conflito armado entre a Ucrânia e a Federação Russa, que trouxeram alguma incerteza quanto ao nível de serviços e bens transacionados, não comprometendo, todavia, o futuro da entidade.

Impacto da Guerra entre a Ucrânia e a Federação Russa

O conflito armado entre a Ucrânia e a Federação Russa, em resultado da invasão pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022 do território ucraniano, tem afetado de forma muito constrangedora as cadeias de fornecimento globais, que já foram desgastadas pela agitação da pandemia. A mais

óbvia é a energia, mas também temos cadeias de fornecimento agrícolas. O aumento dos preços do petróleo afetará os transportes em todo o mundo, uma área onde já houve muita interrupção com preços muito altos de containers no último ano. Se o conflito não for resolvido num futuro próximo, podemos esperar uma escassez de bens, tornando o fornecimento de matérias-primas críticas e o aumento dos preços da energia. Tal situação implicará um previsível aumento dos preços dos bens, serviços e empreitadas a contratualizar pela Câmara Municipal. A taxa média anual de inflação em 2022 fixou-se em 7,8%, a mais elevada desde 1992 (Fonte: INE + Pordata), tendo-se verificado em alguns setores da economia aumentos de preços superiores a 28%.

O Executivo está convicto que conseguirá ultrapassar essas dificuldades, não pondo em risco a continuidade da entidade, reconhecendo, todavia, que poderá condicionar opções orçamentais que se pretendem concretizar.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

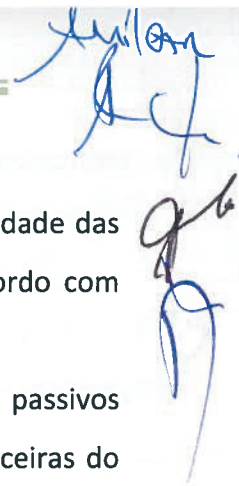
2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas para além das vertidas no SNC-AP e respetivas NCP's.

2.3 Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação das demonstrações financeiras baseou-se nos princípios contabilísticos geralmente aceites, quer ao nível da realização de estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, quer na apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada período, bem como os proveitos e gastos reconhecidos no decurso de cada período. Os resultados alcançados poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

A Entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.



2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP

Não foi efetuado qualquer ajustamento relativo ao período corrente ou anteriores, em resultado da aplicação inicial das NCP.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Na preparação das demonstrações financeiras, o executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

Nestas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da entidade e o resultado das suas operações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as

estimativas e suposições efetuadas pelo executivo foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras efetuadas pelo executivo incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foram reconhecidos no período erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Nota 3

➡ Dando cumprimento à NCP 3, passaremos a dar uma descrição dos seguintes aspetos:

3.1 – Ativos intangíveis gerados internamente e outros.

Não possui a entidade ativos intangíveis gerados internamente, os existentes foram adquiridos ao exterior no seu estado acabado e disponível para uso.

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o classificador complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Handwritten signature and initials in blue ink.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Quadro XLV

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	604 671,18	554 558,17	0,00	50 113,01	604 671,18	590 628,61	0,00	14 042,57
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	109 967,77	54 957,06	0,00	55 010,71	109 967,77	91 612,99		18 354,78
Ativos intangíveis em curso								
Total	714 638,95	609 515,23	0,00	105 123,72	714 638,95	682 241,60	0,00	32 397,35

d) Gastos/reversões de amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis, encontram-se refletidos na linha gastos/reversões de depreciação e amortização da demonstração de resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Quadro XLVI

RUBRICAS	Variações									Quantia escriturada final
	Quantia escriturada Inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Reavaliações	Reversões de Perdas por imparidade	Perdas por imparidade de	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	50 113,01						-36 070,44			14 042,57
Propriedade industrial e intelectual										
Outros	55 010,71						-36 655,93			18 354,78
Ativos intangíveis em curso										
Total	105 123,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-72 726,37	0,00	0,00	32 397,35

i) Ativos intangíveis – adições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer adições que representassem aumentos nos ativos intangíveis da entidade.

ii) Ativos intangíveis – diminuições

Durante o período de 2022 não ocorreram quaisquer alienações, transferências, trocas, fusões, cisões, reestruturações que representassem diminuições nos ativos intangíveis do Município.

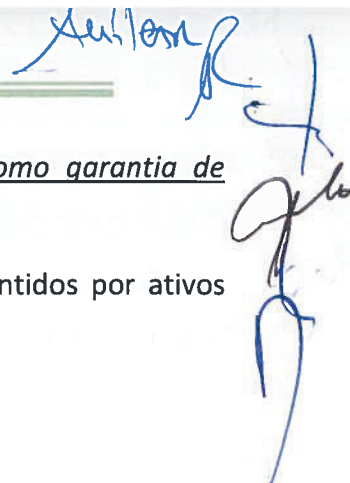
3.2 Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Não detinha a entidade em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, qualquer ativo intangível que individualmente se apresente como materialmente relevante para as demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a entidade não tinha adquirido qualquer ativo intangível através de transações sem contraprestação.

Autentado


c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a entidade não tinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Existiam a 31 de dezembro de 2022 compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos intangíveis no montante de 65.036,25€, subdivididos pelas seguintes contas:

Quadro XLVII

Contas Ativos Fixos Intangíveis	Descrição	Class. Económica	Valor
44.6	Outros ativos intangíveis	070113	65.036,25
			65.036,25

Os referidos compromissos resultam do contrato outorgado no âmbito da execução da «Revisão do Plano Diretor Municipal». O contrato está a ser executado em fornecimentos contínuos nos termos definidos no contrato.

e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

O Município optou por escriturar os seus ativos intangíveis pelo método do custo. Não houve qualquer revalorização de ativos intangíveis.

3.3 Ativos intangíveis revalorizados

Não possui a entidade ativos intangíveis revalorizados.

3.4 Gastos de pesquisa e desenvolvimento

Durante os períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021, a entidade não suportou qualquer encargo relativo a pesquisa e desenvolvimento que se qualifiquem como ativos intangíveis.

3.5 Outras divulgações

a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso

No final do período de 2022, possuía a entidade ativos intangíveis totalmente amortizados que continuam a ser usados, pese embora o seu valor de mercado seja simbólico.

b) Ativos intangíveis significativamente controlados pela entidade mas não reconhecidos como ativos por não satisfazerem os critérios de reconhecimento

Não possui a entidade ativos intangíveis que não satisfaçam os critérios para o seu reconhecimento.

4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Nota 4

➔ Em 31 de dezembro de 2022, a entidade tinha o seguinte acordo de concessão de serviços, enquanto concedente:

Quadro XLVIII

Descrição do Acordo	Termos significativos do acordo			Natureza e Extensão do acordo				Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato
	Período de Concessão	Datas de Reapreçamento	Base de Reapreçamento	Qt	Período de Tempo	Quantia	Natureza Específica	
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Município de Valpaços	20 anos	06/08/2001	n.a.	1	20 anos	Atualizada anualmente com base nos consumos de energia em BT no concelho de Valpaços	Conceder a utilização do domínio público municipal	Não ocorreram alterações durante o presente período de relato

O contrato de concessão foi celebrado nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, através do qual a E-Redes paga ao município uma renda, denominada renda de concessão.

Assiste à E-Redes o direito de usar o domínio público municipal para a distribuição e comercialização de energia elétrica em baixa tensão, tendo a mesma de efetuar todos os investimentos necessários para a satisfação das necessidades energéticas aos munícipes do concelho de Valpaços.

No final do contrato de concessão, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão reverte para o património do município.

A concessão não comporta encargos orçamentais para a entidade local concedente, sendo a concessão financeiramente sustentável através da cobrança aos utentes ou utilizadores dos serviços prestados.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Aurora', 'R', 'F', and 'Jb'.

Anote-se, que embora o período temporal (20 anos) para o contrato de concessão já tenha expirado, o mesmo mantém-se em vigor, atendendo a que as negociações entre os municípios (Via ANMP) e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), que prevê a criação de um modelo de compensação (Subdividindo o país em 4 zonas), ainda não se encontra aprovado, pese embora o período para auscultação pública já tenha findado. O contrato de concessão foi objeto de prorrogação, prevendo-se o seu término em 2023.

O Município passou a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associadas ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão, assim como os que estão associados à iluminação pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária E-Redes, originando reexpressão dos valores a 31 de dezembro de 2020, de acordo com o quadro indicado na nota 1, considerando que de acordo com a IPSAS 33, o Município dispõe de 3 anos para reconhecer ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico, aqui se enquadrando o caso em concreto da aplicação da NCP 4 – Acordos de concessão.

Os equipamentos e as infraestruturas, cujo valor líquido contabilístico na E-Redes no término do período de 2021, fixava-se em 2.980.489 euros, conforme abaixo descritos, encontrando-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária (E-Redes), pagando esta, para o efeito, uma renda de exploração calculada nos termos do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro (conforme contrato de concessão), que no período de 2022 foi de 676.079,08 euros (672.970,41 euros em 2021). A renda é paga ao Município com uma periodicidade trimestral.

Quadro Concessões BT - Valor Líquido Contabilístico dos Imobilizados

Unidade: euros

Rubricas	Amortização dos imobilizados em exploração			Amortizações dos subsídios ao investimento			Saldo Final		
	Totalmente amortizado	Em amortização	Valor bruto total	Totalmente amortizado	Em amortização	Subsídios ao Investimento total	Valor bruto	Subsídios/ Participações	Valor líquido
Imobilizado Intangível Regulado	-	4 241 585	4 241 585	-	1 261 096	1 261 096	4 241 585	1 261 096	2 980 489
Imobilizado Intangível Regulado aceite	-	4 004 324	4 004 324	-	1 261 096	1 261 096	4 004 324	1 261 096	2 743 228
Imobilizado Intangível Regulado não aceite	-	237 261	237 261	-	-	-	237 261	-	237 261
Específico em BT	-	4 241 585	4 241 585	-	1 261 096	1 261 096	4 241 585	1 261 096	2 980 489
Postos Transformação e Seccionamento	-	715 515	715 515	-	139 206	139 206	715 515	139 206	576 309
Redes aéreas	-	1 416 377	1 416 377	-	390 365	390 365	1 416 377	390 365	1 026 012
Redes subterrâneas	-	506 066	506 066	-	195 973	195 973	506 066	195 973	310 094
Chegadas aéreas	-	88 469	88 469	-	55 476	55 476	88 469	55 476	32 992
Chegadas subterrâneas	-	292 788	292 788	-	230 195	230 195	292 788	230 195	62 593
Contadores e acessórios:	-	62 839	62 839	-	-	-	62 839	-	62 839
- Contadores	-	17 411	17 411	-	-	-	17 411	-	17 411
- Outro equipamento	-	45 428	45 428	-	-	-	45 428	-	45 428
Equipamentos Acessórios e Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	-	928 890	928 890	-	249 881	249 881	928 890	249 881	679 009
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado até 31.12.2017):	-	13 034	13 034	-	-	-	13 034	-	13 034
- Outras Funcionalidades	-	10 791	10 791	-	-	-	10 791	-	10 791
- Função Medição	-	2 243	2 243	-	-	-	2 243	-	2 243
Eq. Telegestão Energia EDP Box (instalado após 01.01.2018)	-	217 607	217 607	-	-	-	217 607	-	217 607
Outro Específico não a aceite em BT:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Postos Transformação e Seccionamento (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Aéreas (não a aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Redes Subterrâneas (não a aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Aéreas (não a aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Chegadas Subterrâneas (não a aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outro equipamento de medição (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Equipamentos Acessórios e Outros (não aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Iluminação pública (não a aceite)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Específico em BT aceite	-	4 004 324	4 004 324	-	1 261 096	1 261 096	4 004 324	1 261 096	2 743 228
Total Específico em BT não aceite	-	237 261	237 261	-	-	-	237 261	-	237 261
TOTAL Regulado (inclui valor residual das concessões)	-	4 241 585	4 241 585	-	1 261 096	1 261 096	4 241 585	1 261 096	2 980 489
TOTAL E-REDES (inclui valor residual das concessões)	-	4 241 585	4 241 585	-	1 261 096	1 261 096	4 241 585	1 261 096	2 980 489

5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nota 5

➔ 5.1 Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até ao dia 1 de janeiro de 2020 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo (Mensuração ao custo) para todos os ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registados ao custo de aquisição ou produção, líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização em que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta (ou quotas constantes) em duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado, constante no Classificador Complementar 2 – *Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento* em SNC-AP.

Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019, as taxas de depreciação praticadas seguem o normativo anterior (POCAL), nomeadamente a Portaria n.º 671/2000, de 17/04 - CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, salvo quanto aos edifícios e outras construções que foi aplicado o CC2 por imposição legal.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis, foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível que se qualifica, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Quadro XLIX

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	19 674 073,40	0,00		19 674 073,40	19 695 050,90	0,00		19 695 050,90
Edifícios e outras construções	13 731 243,06	6 302 927,77		7 428 315,29	14 266 259,72	6 800 622,14		7 465 637,58
Infraestruturas	146 177 464,05	119 875 490,98		26 301 973,07	152 308 591,68	122 190 846,28		30 117 745,40
Patrimônio histórico, artístico e cultural	266 648,70	4 843,14		261 805,56	322 512,70	5 569,56		316 943,14
Outros bens de domínio público	6 371,40	1 029,80		5 341,60	6 371,40	1 680,20		4 691,20
Outros bens de domínio público em curso	1 311 320,44	0,00		1 311 320,44	1 918 751,45	0,00		1 918 751,45
	181 167 121,05	126 184 291,69	0,00	54 982 829,36	188 517 537,85	128 998 718,18	0,00	59 518 819,67
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Patrimônio histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	4 150 777,93			4 150 777,93	4 361 885,43			4 361 885,43
Edifícios e outras construções	32 437 403,15	9 667 014,15		22 770 389,00	37 717 326,66	10 436 772,59		27 280 554,07
Equipamento básico	2 866 779,22	2 057 558,34		809 220,88	2 963 332,83	2 211 898,10		751 434,73
Equipamento de transporte	3 366 680,40	3 068 304,28		298 376,12	3 492 159,77	3 063 800,71		428 359,06
Equipamento administrativo	2 017 422,36	1 792 847,88		224 574,48	2 054 529,69	1 888 589,13		165 940,56
Equipamentos biológicos				0,00				
Outros	608 944,16	455 025,96		153 918,20	645 163,00	495 474,30		149 688,70
Ativos fixos tangíveis em curso	547 709,52	0,00		547 709,52	188 486,38	0,00		188 486,38
	45 995 716,74	17 040 750,61	0,00	28 954 966,13	51 422 883,76	18 096 534,83	0,00	33 326 348,93
Total	227 162 837,79	143 225 042,30	0,00	83 937 795,49	239 940 421,61	147 095 253,01	0,00	92 845 168,60

De notar que os montantes reportados ao início do período, já refletem as diferenças de conversão e respetivos ajustamentos de transição do anterior normativo contabilístico (POCAL) para o atual normativo (SNC-AP), devidamente explicado no anexo às demonstrações financeiras do período de 2020.

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Quadro L

RUBRICAS	Variações									Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Bens de domínio público, património, histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	19 674 073,40	20 977,50								19 695 050,90
Edifícios e outras construções	7 428 315,29	170 340,50	364 676,16				-497 694,37			7 465 637,58
Infraestruturas	26 301 973,07	3 105 528,78	4 113 845,46				-2 315 355,30		-1 088 246,61	30 117 745,40
Património histórico, artístico e cultural	261 805,56	55 864,00					-726,42			316 943,14
Outros bens de domínio público	5 341,60						-650,40			4 691,20
Outros bens de domínio público em curso	1 311 320,44	5 067 605,76	-4 458 006,09						-2 168,66	1 918 751,45
	54 982 829,36	8 420 316,54	20 515,53	0,00	0,00	0,00	-2 814 426,49	0,00	-1 090 415,27	59 518 819,67
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	4 150 777,93	351 022,00							-139 914,50	4 361 885,43
Edifícios e outras construções	22 770 389,00	3 780 063,28	1 500 128,76				-769 758,44		-268,53	27 280 554,07
Equipamento básico	809 220,88	97 556,10					-154 339,76		-1 002,49	751 434,73
Equipamento de transporte	298 376,12	231 226,52					-101 243,58			428 359,06
Equipamento administrativo	224 574,48	38 850,15					-95 741,25		-1 742,82	165 940,56
Equipamentos biológicos	0,00									0,00
Outros	153 918,20	36 785,96					-40 448,34		-567,12	149 688,70
Ativos fixos tangíveis em curso	547 709,52	1 161 421,15	-1 520 644,29							188 486,38
	28 954 966,13	5 696 925,16	-20 515,53	0,00	0,00	0,00	-1 161 531,37	0,00	-143 495,46	33 326 348,93
Total	83 937 795,49	14 117 241,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 975 957,86	0,00	-1 233 910,73	92 845 168,60

RELATÓRIO DE ATIVIDADES & CONTAS – 2022

Na coluna (10) diminuições encontram-se refletidas as revisões de preços negativas (correções dos valores das empreitadas a favor da entidade adjudicante), a passagem da zona industrial de Carrzedo de Montenegro para a conta produtos acabados (1.207.514,55euros) e os acertos do valor dos bens após regularização do IVA (cálculo do Pro-rata).

Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Quadro LI

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		20 977,50									20 977,50
Edifícios e outras construções		50 288,98	120 051,52								170 340,50
Infraestruturas		47 887,26	77 152,52							2 980 489,00	3 105 528,78
Património histórico, artístico e cultural		55 864,00									55 864,00
Outros bens de domínio público		0,00									0,00
Outros bens de domínio público em curso		5 067 605,76									5 067 605,76
	0,00	5 242 623,50	197 204,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 980 489,00	8 420 316,54
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		351 022,00									351 022,00
Edifícios e outras construções		3 780 063,28									3 780 063,28
Equipamento básico		97 556,10									97 556,10
Equipamento de transporte		231 226,52									231 226,52
Equipamento administrativo		38 850,15									38 850,15
Equipamentos biológicos											0,00
Outros		36 785,96									36 785,96
Ativos fixos tangíveis em curso		1 161 421,15									1 161 421,15
	0,00	5 696 925,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 696 925,16
Total	0,00	10 939 548,66	197 204,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 980 489,00	14 117 241,70

O valor de 2.980.480 euros, na coluna «Outras», refere-se ao contrato de concessão com a E- Redes mencionado na Nota 4 deste relatório.

Leitany
[Handwritten signature]

Ativos fixos tangíveis - diminuições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes diminuições:

Quadro LII

RUBRICAS (1)	Diminuições					Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Infraestruturas					-1 088 246,61	-1 088 246,61
Patrimônio histórico, artístico e cultural						0,00
Outros bens de domínio público						0,00
Outros bens de domínio público em curso					-2 168,66	-2 168,66
	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 090 415,27	-1 090 415,27
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Patrimônio histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais					-139 914,50	-139 914,50
Edifícios e outras construções					-268,53	-268,53
Equipamento básico					-1 002,49	-1 002,49
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo					-1 742,82	-1 742,82
Equipamentos biológicos						0,00
Outros					-567,12	-567,12
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-143 495,46	-143 495,46
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 233 910,73	-1 233 910,73

5.2 Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2022, não detinha a entidade ativos fixos tangíveis com restrição de titularidade.

No decurso do período de 2022, o ativo fixo tangível adquirido em 22 de novembro de 2019, foi integralmente pago.

Quadro LIII

Ativos de titularidade restringida	Quantia escriturada bruta
Retroescavadora JCB 3CX Municipal 91HP T4F Matrícula: 79-ZP-76	87 317,70

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não teve a entidade qualquer dispêndio reconhecido no ativo durante a sua construção.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Existiam a 31 de dezembro de 2022 compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 1.827.844,52€, subdivididos pelas seguintes contas:

Quadro LIV

Conta Ativos Fixos Tangíveis	Descrição	Class. Económica	Valor
43.0.1	Terrenos e recursos naturais	070301	19 269,90
43.0.2	Edifícios e outras construções	07030312	6 426,73
43.0.3	Infraestruturas	07030301	152 165,75
43.0.3	Infraestruturas	07030302	140 742,56
43.0.3	Infraestruturas	07030313	1 132 978,03
43.0.3	Infraestruturas	07030304	3 695,89
43.0.3	Infraestruturas	07030307	3 407,65
43.2	Edifícios e outras construções	07010305	252 107,15
43.2	Edifícios e outras construções	07010302	33 685,17
43.2	Edifícios e outras construções	07010307	70 385,44
43.3	Equipamento básico	07011002	6 334,56
43.5	Equipamento administrativo	070108	6 303,75
43.7	Outros ativos fixos tangíveis	070109	341,94
			1 827 844,52

Os referidos compromissos dizem respeito à execução contratual dos contratos outorgados tendentes à aquisição desses ativos fixos tangíveis, assim como a processos de expropriação de terrenos.

Handwritten signature and initials in blue ink.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

Em 31 de dezembro de 2022, não existia na entidade qualquer quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens de ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos.

5.3 Depreciações de ativos fixos tangíveis

Quadro LV

RUBRICAS	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	497 694,37	
Infraestruturas	2 315 355,30	
Património histórico, artístico e cultural	726,42	
Outros bens de domínio público em curso	650,40	
	2 814 426,49	0,00
Ativos fixos em concessão		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções		
Infraestruturas		
Património histórico, artístico e cultural		
Ativos fixos em concessão em curso		
	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	769 758,44	
Equipamento básico	152 637,77	
Equipamento de transporte	101 243,58	
Equipamento administrativo	97 443,24	
Equipamentos biológicos		
Outros	40 448,34	
Ativos fixos tangíveis em curso		
	1 161 531,37	0,00
Total	3 975 957,86	0,00

5.4 Alterações de estimativas contabilísticas

No período findo a 31 de dezembro de 2022, não foram efetuadas alterações nas estimativas contabilísticas.

5.5 Ativos fixos tangíveis revalorizados

A entidade não procedeu a nenhuma revalorização dos seus ativos fixos tangíveis.

5.6 Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A entidade usa regularmente os seus ativos fixos tangíveis, consoante as suas necessidades na produção de bens e serviços à população.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

No final do período de 2022, possuía a entidade ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que continuam a ter utilidade e como tal são usados na produção de bens e/ou serviços. Entende a entidade não proceder a nenhuma revalorização ou aumento da vida útil desses ativos, por considerar que o seu valor de mercado seja imaterial.

c) Ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação

Não possui a entidade a 31 de dezembro de 2022 nenhum ativo fixo tangível retirado de uso ativo e detido para alienação.

6 – LOCAÇÕES

Nota 6

6.1 Locações financeiras – Locatários

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade não detinha qualquer bem do seu ativo fixo tangível em regime de locação financeira.

O ativo fixo tangível adquirido em 22 de novembro de 2019 através de uma operação de locação financeira contratualizada com a Caixa Leasing e Factoring (Contrato n.º 100117296), que visou a aquisição de uma retroescavadora da marca JCB, modelo 3CX MUNICIPAL 91HP T4F, com a matrícula 76-ZP-76, tendo o processo da sua aquisição sido visado pelo Tribunal de Contas (Visto

Handwritten signature and initials in blue ink.

n.º 2416/2019) em sua sessão do dia 25 de julho de 2019, foi integralmente pago no período de 2022, como se demonstra:

Quadro LVI

RUBRICAS	Quantia escriturada líquida (1)	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos (2)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	Rendas contingentes registadas como gasto do período
		Período		Acumulado							
		Capital	Juro	Capital	Juro	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total		
25.1.3.5.2.2	54 573,54	1 743,11	0,00	87 317,70	590,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	54 573,54	1 743,11	0,00	87 317,70	590,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Sublocações não canceláveis

Em 31 de dezembro de 2022 a entidade não possui sublocações.

b) Descrição dos acordos de locação financeira significativos

Salvaguardando o contrato de locação tendente ao financiamento do bem descrito no quadro supra, não detinha a entidade qualquer outro contrato de locação financeira.

6.2 Locações operacionais – Locatários

No término do período de 2022, possuía a entidade um contrato de locação operacional, cujo objeto contratual consistia no aluguer de 13 máquinas fotocopiadoras para uso nas instalações da entidade. O contrato foi outorgado em 14 de maio de 2021 e o seu término será em 13 de maio de 2023 (Celebrado por 24 meses).

O pagamento dos alugueres das máquinas está indexado ao número de cópias produzidas, tendo ficado clausulado os seguintes montantes:

Cópias a preto/branco – 0,0031 euros (Aos quais acresce o IVA);

Cópias a cores – 0,0275 euros (Aos quais acresce o IVA).

Em conformidade com os termos contratuais, não existe nenhuma obrigação de consumos mínimos, nem de valores mínimos de locação, nem de futuros pagamentos. Os pagamentos resultam dos consumos efetivamente realizados.

6.3 Locações financeiras – Locadores

Não aplicável.

6.4 Locações operacionais – Locadores

Não aplicável.

6.5 Transações de vendas seguidas de locação

Não possui a entidade qualquer transação de venda seguida de locação.

7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Nota 7

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período temporal para ficar apto ao uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

No período, a entidade não contratualizou qualquer empréstimo bancário.

b) Os custos de empréstimos incorridos nos períodos de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Quadro LVII

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	Quantia dos custos de empréstimos obtidos	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa Geral de Depósitos:		
N.º 9015002390091	0,00	4,47
Caixa Agrícola:		
N.º 56045941120	2 433,56	2 570,00
Banco Português de Investimento:		
N.º 8-1939880001001	7 920,42	9 090,50
PAEL	22 451,42	26 999,07
	32 805,40	38 664,04

De salientar, e na consequência do aumento da taxa EURIBOR, é expetável que os encargos a incorrer no período de 2023 sejam substancialmente maiores dos verificados no período de 2022.

8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Nota 8

8.1 Modelo aplicado

As propriedades de investimento são registadas ao custo acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Poderá a entidade valorar as propriedades de investimento utilizando o modelo do justo valor. O justo valor das propriedades de investimento é determinado por um avaliador independente com qualificação profissional relevante e reconhecida, correspondendo a preços correntes em mercado ativo de propriedades semelhantes.

A entidade utiliza o modelo do custo para registar as suas propriedades de investimento.

8.2 Propriedades de Investimento - modelo do justo valor

A entidade não aplica o modelo do justo valor.

8.3 Reconciliação entre a avaliação obtida e a avaliação ajustada

Não procedeu a entidade a qualquer ajustamento ao valor das suas propriedades de investimento.

8.4 Casos excecionais em que não seja possível mensurar o justo valor com fiabilidade

A entidade não aplica o modelo do justo valor.

8.5 Propriedades de Investimento – modelo do custo

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as propriedades de investimento registadas ao modelo do custo eram as seguintes:

Quadro LVIII

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais	413 850,00								413 850,00		33 770,16	
Edifícios e outras construções												
Outras propriedades de investimento												
Propriedades de investimento em curso												
Total	413 850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	413 850,00	0,00	33 770,16	0,00

Os terrenos encontram-se arrendados à Firma “SIMPLEWATT, Lda.” pelo período de 29 anos e onze meses, com início em fevereiro de 2019. O valor da renda anual é variável, conforme cláusula quarta do contrato de arrendamento, e ficou estabelecido que durante os três primeiros anos (2019, 2020 e 2021) a arrendatária pagará uma renda anual de 16.895,08 euros, no quarto e quinto ano (2022 e 2023) pagará ao senhorio uma renda anual de 33.770,16 euros, e que a partir do sexto ano (2024 e seguintes) a renda anual passará para o valor de 53.800,50 euros. A estimativa do valor do contrato (a preços constantes de 2019) é de 1.458.724,69 euros.

Propriedades de Investimento – adições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer adições às propriedades de investimento.

Propriedades de Investimento – diminuições

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer diminuições às propriedades de investimento.

9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Nota 9

→ 9.1 – Critérios de distinção entre ativos não geradores de caixa de ativos geradores de caixa

A entidade classifica como ativos não geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de proporcionar um influxo de potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros, sem que, necessariamente, tenham que ser gerados influxos de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade.

A entidade classifica como ativos geradores de caixa, os recursos presentes controlados pela entidade, como resultado de um evento passado, que contém em si a capacidade de gerar influxos de caixa ou equivalentes de caixa.

A entidade reconhece imparidades em ativos geradores de caixa ou equivalentes de caixa, no âmbito dos contratos de fornecimento de água ao domicílio e contratos de arrendamento habitacional, por entender que existem fortes indícios de incobrabilidade.

9.2 – Ativos não geradores de caixa

Não foram reconhecidas no período imparidades em ativos não geradores de caixa.

9.3 – Ativos geradores de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as perdas por imparidade em ativos geradores de caixa são:

Quadro LIX

Classe de Ativos	Natureza do Ativo	Segmento	Descrição da unidade geradora de caixa	31/12/2022		31/12/2021	
				Perda por imparidade	Quantia recuperável	Perda por imparidade	Quantia recuperável
21	Clientes, contribuintes e utentes		Serviço público - Abastecimento de água	190 308,46		189 524,62	
21	Clientes, contribuintes e utentes		Conjunto habitacional - Bairro Social	23 447,43		22 051,85	
TOTAL				213 755,89		211 576,47	

A entidade, conforme deliberação do seu executivo camarário em sua reunião realizada a 3 de outubro de 2019, aprovou um protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, no âmbito do qual atribui à Autoridade Tributária a competência para a cobrança coerciva de impostos e outras

receitas administradas pelo município, nomeadamente as receitas provenientes da prestação do serviço público de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos.

No âmbito do referido protocolo, a AT procede à instauração de processos de execução fiscal no serviço de finanças de Valpaços, após a respetiva emissão da certidão de dívida emitida pelos serviços de água da entidade.

Ressalvando as consequências derivadas da pandemia provocada pelo vírus Covid-19, o que levou à suspensão das cobranças coercivas e aos cortes no fornecimento de água em consequência do seu não pagamento, o protocolo tem-se revelado eficaz.

Em termos de imparidade dos ativos, e tomando em consideração as várias medidas que vieram a ser aprovadas pela entidade, nomeadamente o alargamento dos prazos de pagamento e a suspensão dos cortes no fornecimento de água, a entidade reconheceu imparidades a 100% nos montantes em dívida de água a 31 de dezembro de 2021.

Entende a entidade que a incobrabilidade na dívida de água após outorga do protocolo com a AT possa ser imaterial, salvo em situação de ausência de património e rendimentos por parte do devedor.

10 – INVENTÁRIOS

Nota 10

➔ a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

Aut. de

A entidade adota o sistema do «custo médio ponderado» como fórmula de custeio dos seus inventários.

Os inventários da entidade resultam maioritariamente de materiais de construção civil, necessários às conservações e manutenções das infraestruturas municipais.

Existem, todavia, alguns bens destinados à venda, nomeadamente livros de obra e publicações literárias, devidamente evidenciadas em termos contabilísticos como mercadorias.

No período de 2022, e no âmbito da construção de uma zona industrial na Vila de Carrazedo de Montenegro, foi dotada uma infraestrutura apta à instalação de 32 unidades industriais que naquela zona do concelho se possam instalar. O investimento necessário a construção da referida obra importou em 1.207.514,55 euros, tendo a mesma sido objeto de financiamento (no âmbito da operação NORTE-02-0853-FEDER-037591) no montante de 524.088,99 euros. Assim sendo, o investimento líquido da zona industrial de Carrazedo de Montenegro fixou-se nos 683.425,56 euros, correspondendo a um custo por m2 de 14,12 euros, devidamente evidenciado em «Produtos acabados e intermédios».

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os inventários da entidade detalham-se conforme se segue:

Quadro LX

Descrição	Inventário a 31/12/2021	Compras	Reclassificação e Regularização	Perdas por Imparidade	Inventário a 31/12/2022
Mercadorias	15 366,57	600 478,87		0,00	14 443,53
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	301 908,29	605 042,83		0,00	326 213,70
Produtos acabados e intermédios	0,00	1 207 514,55	524 088,99	0,00	683 425,56
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					0,00
Produtos e trabalhos em curso					
Total	317 274,86	2 413 036,25	524 088,99	0,00	1 024 082,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas					1 182 139,33
Variações nos inventários da produção					683 425,56

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

A entidade não tem qualquer quantia registada de inventários pelo justo valor menos o custo de venda.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

A quantia de inventários que a entidade reconheceu como gasto do período foi de 1.182.139,33 euros, correspondendo aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

Salvo os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, não reconheceu a entidade qualquer outro gasto relacionado com a redução de inventários.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é detalhada conforme se segue:

Quadro LXI

Imparidades	Saldo inicial 31/12/2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31/12/2022
Mercadorias					
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	119 775,72	0,00	0,00	0,00	119 775,72
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	119 775,72	0,00	0,00	0,00	119 775,72

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como “imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No período findo em 31 de dezembro de 2022 não efetuou a entidade qualquer reversão que justifique o ajustamento de inventários.

Handwritten signature and initials in blue ink.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade não detinha penhoras e/ou garantias de passivos sobre os inventários.

11 – AGRICULTURA

Nota 11

→ Não aplicável.

12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nota 12

→ Não aplicável.

13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Nota 13

→ a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

VENDAS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- (i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- (ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- (iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- (iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;

(v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fielmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

ROYALTIES – O rendimento é reconhecido de acordo com o regime do acréscimo.

DIVIDENDOS – O rendimento é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 de 2021, têm a seguinte decomposição:

Quadro LXII

Rendimento	31/12/2022	31/12/2021
Prestação de Serviços	1 282 613,64	1 206 806,02
Venda de bens	984,13	1 224,96
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos ou distribuições similares	280 865,06	399 881,44
Total	1 564 462,83	1 607 912,42

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A entidade não teve qualquer rendimento proveniente da troca de bens ou serviços.

14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Nota 14

➔ 14.1 Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados:

Quadro LXIII

Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	3 440 330,72	2 414 221,23
Impostos diretos	1 589 487,90	1 590 980,03
Impostos indiretos	407 725,91	326 647,14
Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	1 443 116,91	496 594,06
Transferências obtidos	12 487 206,72	10 891 778,68
Subsídios obtidos	0,00	0,00
Total	15 927 537,44	13 305 999,91

As «transferências obtidas» são a classe de rendimentos sem contraprestação com o valor mais expressivo no computo de todos os rendimentos sem contraprestação; aqui estão incluídas as transferências do orçamento do Estado referentes ao FEF (Corrente e Capital), FSM, participação variável no IRS, IVA e excedente (n.º 3 do art.º 35º da Lei n.º 73/2013).

14.2 Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

A entidade adota as políticas e métodos contabilísticos previstos na NCP 14. Para o efeito, consideram-se transações sem contraprestação: Impostos e Transferências (sejam de caixa ou não) incluindo transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, perdão de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e a parte transacionada em mercado de empréstimo bonificado.

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

A entidade reconhece os recursos que lhe são transferidos pelo seu valor nominal, correspondendo à importância que lhe foi atribuída pela entidade competente.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação sobre a natureza desses impostos

A entidade reconhece o rédito de impostos com fiabilidade consoante as importâncias que lhe são transferidas pelas entidades competentes. No término do período, tendo em conta o princípio da especialização dos períodos, a entidade estima o montante do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), cujo rendimento corresponde ao período corrente e a arrecadação da receita terá lugar no período subsequente. A estimativa é baseada com base nas regras previsionais previstos no ponto 3.3.1 do POCAL (O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprova o SNC-AP, não revoga os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 do POCAL).

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Ao longo do período, a entidade recebeu donativos da empresa intermunicipal – EHATB, no montante de 205.000 euros, para a prossecução de fins de caráter social.

Recebeu ainda a entidade, donativos em espécie.

Quadro LXIV

Entidade mecenas	Valor	Tipo de bens	Finalidade
Assembleia da República	n.d.	Livros	Espólio da biblioteca municipal

14.3 Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Não recebeu a entidade no período qualquer serviço em espécie.

Auilon

15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nota 15

➔ 15.1 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- (i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- (ii) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- (iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Quadro LXV

Provisões	Saldo inicial 31/12/2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Impostos					
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	306 496,07	53 141,90	22 386,61	0,00	337 251,36
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					
Matérias ambientais					
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras provisões					
Total	306 496,07	53 141,90	22 386,61	0,00	337 251,36

15.2 Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Embora a entidade considere remota a possibilidade de um exfluxo, foram constituídas provisões para processos judiciais em curso, decorrentes de processos litigiosos que contra a entidade incorrem, nomeadamente no âmbito do contrato de concessão outorgado com as AdN – Águas do Norte, tendo em vista o fornecimento de água e o tratamento de efluentes, como se discrimina:

Quadro LXVI

Ano	Processo	Valor provisão	Decisão judicial	Entidade	Obs.
2013	255/13.0BEMDL	250 258,69	Não	AdN	Juros + Fatura saneamento
2014	124/14.7BEMDL	53 141,90	Sim	AdN	Juros
2015	22/15.7BEMDL	28 850,76	Não	AdN	Juros
2021	139/21.9BEMDL -TAF	5 000,01	Não	Berta de Jesus Matosinho	Indemnização
Total		337 251,36			

15.3 Passivos contingentes

A entidade não reconhece no seu balanço, por indicação do Órgão Executivo (Do atual mandato, assim como nos dois mandatos anteriores), um conjunto de 5 faturas, relacionadas com as «Águas do Norte, S.A.», que perfazem o montante de 2.895.840,76 euros, e que dizem respeito à exigência de consumos mínimos no âmbito do contrato de concessão.

Esta informação é do conhecimento geral dos órgãos autárquicos – Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2022, eram os seguintes:

Quadro LXVII

Passivos contingentes	Natureza	Incerteza na quantia do exfluxo	Estimativa do efeito financeiro	Possibilidade de reembolso
Faturas - ATMAD:				
2300000066	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	329 989,19		
2300000050	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	124 939,80		
2300000051	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	619 613,07		
2300000067	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	831 388,01		
2300000043	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	989 910,69		
Total		2 895 840,76	0,00	0,00

Os referidos créditos estão relacionados com consumos mínimos de água e tratamento de efluentes impostos pelas «Águas do Norte, S.A.», no âmbito de um contrato de concessão outorgado entre diversos municípios, entre os quais o município de Valpaços e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (atual Águas do Norte).

O município de Valpaços, por não se rever na obrigação de consumir mínimos impostos, rejeita a aceitação da referida dívida.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Atualmente existem dois processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, para apurar a legalidade da imposição de consumos mínimos por parte das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. No processo n.º 124/14.7BEMDL referente às faturas n.º 2300000050 e 2300000051 nos montantes de 124.939,80 euros e 619.613,07, foi o município absolvido do pagamento de qualquer uma das faturas em causa de acordo com a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, pese embora as «Águas do Norte, S.A», tenham recorrido da decisão para o Tribunal Central Administrativo do Norte, desconhecendo-se na presente data a decisão que vai ser proferida.

Mantem a entidade a expectativa que não haverá qualquer exfluxo de recursos no âmbito desses processos, afirmação essa que ganhou reforço com a decisão do TAF de Mirandela, absolvendo a Câmara Municipal do pagamento dos consumos mínimos.

15.4 Ativos contingentes

O Município não tinha qualquer ativo contingente em 31 de dezembro de 2022.

O município de Valpaços liquidou em 2011, às «Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro», o montante de 557.315,92 euros respeitante às taxas devidas pela passagem de condutas no solo e subsolo do domínio público municipal.

Na sequência da liquidação destas taxas, as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (atualmente Águas do Norte) interpuseram em dezembro de 2011, uma impugnação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela (Processo n.º 431/11.0BEMDL). Processo esse que foi ganho pelo município de Valpaços nesse tribunal em outubro do ano 2014.

Não se acomodando com tal decisão, as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro recorreram para o Tribunal Central Administrativo do Norte e mais uma vez o Tribunal reconheceu ao Município razão e total ganho no processo, condenando as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro ao pagamento integral da fatura emitida, acrescida dos respetivos juros de mora no montante global de 879.520,92 euros. O pagamento foi efetuado na íntegra no ano 2022. Assim sendo, o município deixou de possuir qualquer ativo contingente.

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Nota 16

→ Não aplicável.

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Nota 17

→ As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 17/04/2023, pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço, com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nota 18

→ **18.1 Políticas contabilísticas e bases de mensuração**

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela entidade quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos financeiros, são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da entidade.

18.2 Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhados conforme segue:

Quadro LXVIII

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Caixa e equivalentes a caixa						
Caixa						
Depósitos bancários	6 405 653,88		6 405 653,88	7 149 875,05		7 149 875,05
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Ativos financeiros detidos para negociação						
...						
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:						
Ativos não correntes						
...						
Ativos correntes						
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	671 114,22		671 114,22	1 888 158,68		1 888 158,68
Clientes	268 612,93	213 755,89	54 857,04	433 322,76	211 576,47	221 746,29
Estado e outros entes públicos	127 659,03		127 659,03	28 927,70		28 927,70
Acionistas/sócios						
Outras contas a receber	1 857 143,01		1 857 143,01	1 601 908,87		1 601 908,87

RELATÓRIO DE ATIVIDADES & CONTAS – 2022

...					
PASSIVOS FINANCEIROS					
Passivos financeiros ao justo valor por resultados					
...					
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Passivos não correntes					
Financiamentos bancários	1 619 635,21		1 619 635,21	2 103 296,79	2 103 296,79
Outras contas a pagar	1 307 018,51		1 307 018,51	1 070 903,55	1 070 903,55
Passivos correntes					
Fornecedores	93 469,23		93 469,23	107 634,21	107 634,21
Estado e outros entes públicos	57 290,87		57 290,87	51 776,40	51 776,40
Financiamentos bancários	484 787,22		484 787,22	489 308,42	489 308,42
Fornecedores de investimentos	9 449,98		9 449,98	42 245,40	42 245,40
Acionistas/sócios					
Outras contas a pagar	1 140 738,11		1 140 738,11	1 098 242,52	1 098 242,52
Total Ativos Financeiros	9 330 183,07	213 755,89	9 116 427,18	11 102 193,06	211 576,47
Total Passivos Financeiros	4 712 389,13	0,00	4 712 389,13	4 963 407,29	0,00

a) Ativos financeiros para os quais foram reconhecidas imparidades

Quadro LXIX

Ativos financeiros	Mensuração ao custo	Imparidade acumulada
Cientes, contribuintes e utentes	268 543,93	213 755,89

A entidade reconheceu imparidades referentes às dívidas de água e rendas de imóveis, que se encontravam em mora a 31 de dezembro de 2021, por considerar eventual incobrabilidade.

18.3 Bases de determinação do justo valor

Não aplica a entidade o método do justo valor na valorimetria dos instrumentos financeiros.

18.4 Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

A entidade não aplica o método do justo valor e não possui qualquer instrumento do capital próprio que não seja fiável.

18.5 Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Em 31 de dezembro de 2022, as demonstrações financeiras não evidenciam ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento.

18.6 Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, não tinha a entidade qualquer ativo financeiro dado como garantia ou penhor de passivos financeiros.

18.7 Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Não deixou a entidade de cumprir as suas obrigações com os empréstimos obtidos que contratualizou, não existindo assim qualquer incumprimento.

18.8 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimos obtidos que impliquem pagamento acelerado

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, a entidade não fez qualquer pagamento acelerado de nenhum empréstimo obtido por incumprimento.

18.9 Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade detinha dívidas cuja maturidade é superior a 5 anos, nomeadamente a dívida de um empréstimo bancário (BPI) contraído, como se demonstra:

Quadro LXX

Banco	Empréstimo n.º	Capital em dívida a 31/12/2022	Capital em dívida a partir de 2028
CGD	9015002390091	82 303,52	0,00
CCAM	56045941120	225 552,97	0,00
BPI	8-1939880001001	1 031 161,18	454 924,05
PAEL	DGTF/PAEL	765 404,76	0,00
TOTAL		2 104 422,43	454 924,05

Como garantia, a entidade reconhece ao mutuante, o direito de solicitar à DGAL que proceda à retenção da receita não consignada proveniente das transferências do Orçamento do Estado e à Autoridade Tributária e Aduaneira a retenção de outras receitas de natureza fiscal, devendo o montante retido ser afeto ao pagamento do montante em dívida.

18.10 Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

a) Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de ativos financeiros e passivos financeiros

Não tem a entidade em ativos financeiros e passivos financeiros ganhos e perdas líquidas a reconhecer.

b) Total de rendimentos e gastos de juros para ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os rendimentos obtidos e os gastos incorridos com juros foram os seguintes:

Quadro LXXI

Rendimentos e gastos de juros	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de juros para ativos financeiros		
Depósitos a prazo		
Gastos de juros para passivos financeiros		
Empréstimos	32 805,40	38 664,04
Total	32 805,40	38 664,04

Os gastos com empréstimos contraídos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu real pagamento.

c) Perdas por imparidade em ativos financeiros

Quadro LXXII

Ativos financeiros	31/12/2021	31/12/2022
Cientes	211 576,47	213 755,89
Outras contas a receber		
Investimentos financeiros		
Total	211 576,47	213 755,89

18.11 Contabilidade de cobertura

A 31 de dezembro de 2022, a entidade não tem qualquer registo contabilístico de cobertura, nomeadamente, risco de taxa de juro fixa, de câmbio, de preços de mercado e risco cambial.

Juliana
[Handwritten signature]

18.12 Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Em 31 de dezembro de 2022, não possuía a entidade qualquer cobertura de risco de taxa de juro fixa ou risco de preço de ativos detidos ou abrangidos por um compromisso firme.

18.13 Cobertura do risco de taxa de juro variável

Em 31 de dezembro de 2022, não possuía a entidade qualquer cobertura de risco de taxa de juro variável, risco de câmbio e risco de preços ativos.

18.14 Instrumentos de capital próprio

Por ausência de capital social, não existe qualquer valor nominal ou capital social por realizar e respetivo prazo de realização.

18.15 Ações representativas do capital

A entidade não tem quaisquer ações representativas do capital.

18.16 Reconciliação do número de ações em circulação

Não tendo a entidade ações representativas do capital, não procede a qualquer reconciliação.

18.17 Aumentos de capital realizado no período

A entidade não procedeu a qualquer aumento de capital no período de 2022.

18.18 Outros instrumentos de capital próprio emitidos

A entidade não emitiu qualquer outro instrumento de capital próprio.

18.19 Riscos relativos a instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da entidade não incorrem em qualquer risco.

18.20 Outras situações

A entidade não tem outras situações a reportar referente aos seus instrumentos financeiros.

18.21 Participações de capital em entidades que não sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Em 31 de dezembro de 2022, a entidade detinha participações de capital nas seguintes entidades:

Quadro LXXIII

ENTIDADE	SEDE	% de participação	CAPITAL DETIDO	CAPITAIS PRÓPRIOS	RLP
EHATB - Empreend.Hid.do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.	Ribeira de Pena	16,67	1 593 139,29	9 558 835,76	1 458 874,65
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Boticas	8,32	760 027,15	9 138 603,00	1 732 957,00
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	Ribeira de Pena	6,67	9 524,65	142 869,76	53 607,45
Eólica da Padrela, Lda.	Ribeira de Pena	6,67	8 010,64	120 159,61	42 148,80
ATberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	Ribeira de Pena	6,67	422 474,85	6 337 122,77	106 148,62
Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda.	Porto	3,33	9 452,20	283 566,00	67 164,00
Eólica de Montenegro, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	8,32	1 205 315,54	14 492 772,00	2 972 588,00
Eólica de Atilhó, Lda.	Boticas	8,33	43 848,14	526 177,70	135 944,83
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Lisboa		521 217,00	650 000 000,00	n.d
Resinorte - Valorização de Resíduos Sólidos, S.A.	Condessoso	0,22	89 436,25	44 771 934,00	742 859,00 a)
Águas do Norte, S.A	Vila Real	0,08	227 905,55	273 448 103,00	4 199 668,00 a)
Caixa de Crédito Agrícola Mutuo	Bragança	0,02	15 110,00	79 982 475,00	6 399 388,00 a)
Arvore - Cooperativo de Atividades Artísticas, CRL	Porto		50,00	1 754 134,13	145 230,97 a)
		TOTAL	4 905 511,26		

a - Dados respeitantes à prestação de contas do ano 2021, não estando à data de elaboração deste relatório disponíveis as contas do ano 2022

18.22 Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

A entidade não inscreveu qualquer investimento financeiro por uma quantia acima do seu justo valor.

19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Nota 19

➡ 19.1 Benefícios definidos

a) Política contabilística

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abono para falhas, despesas de representação, despesas com a saúde e quaisquer outras retribuições adicionais que resultam da Lei.

Todo o pessoal ao serviço da entidade foi remunerado de acordo com as suas funções desempenhadas durante o período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo, são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

A entidade paga as remunerações aos seus trabalhadores de forma mensal, a processar até ao dia 20 de cada mês.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Descrição geral do tipo de plano

Como benefícios dos empregados, a entidade considera todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que necessariamente requeiram processamento nominalmente individualizado e que de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela entidade, tanto aos seus funcionários ou agentes como aos indivíduos que, embora não tenham essa qualidade, prestem, contudo, serviços à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou de avença.

As despesas incorridas com a saúde dos funcionários beneficiários do sistema de saúde da ADSE, são integralmente suportadas pela entidade, quer sejam pagas diretamente aos seus beneficiários, quer à própria ADSE. De notar, que os funcionários advindos do Ministério da Educação e que ingressaram no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, fruto do processo administrativo da descentralização de competências, continua a ser a Administração Central a suportar os gastos incorridos com as despesas de saúde deste trabalhadores.

Os encargos sociais resultantes do pagamento das remunerações devidas aos funcionários, são pagos pela entidade até ao dia 15 ou 20 do mês subsequente, consoante sejam devidos à CGA ou à Segurança Social, respetivamente.

O número de empregados no término do período era de 295. O Executivo camarário no período de 2022, era constituído pelo Sr. Presidente da Câmara, 3 vereadores em regime de permanência a tempo inteiro e 3 vereadores em regime de não permanência (Não auferem qualquer remuneração salvo as senhas de presença devidas pela participação nas reuniões).

De notar que com a entrada em vigor do processo de descentralização, o Município assumiu a gestão do Agrupamento de Escolas de Valpaços, onde se inclui o pessoal não docente. Nesse seguimento, 83 trabalhadores do Agrupamento de Escolas de Valpaços afetos ao Ministério da Educação, passaram a integrar o quadro de pessoal do Município. Já no decurso do período orçamental de 2022, infelizmente veio a ocorrer o óbito de um trabalhador que havia transitado do Ministério da Educação para o Município; a aposentação de outro trabalhador; e uma funcionária que se encontrava em mobilidade, consolidou o seu vínculo laboral noutra entidade pública, pelo que o número foi reduzido para 80 funcionários (transferidos para o Município, provenientes da área da Educação, no âmbito do processo da descentralização administrativa). De notar ainda, e ao que tece à despesa a incorrer com as remunerações que são devidas aos trabalhadores em funções públicas, dois desses 80 trabalhadores encontram-se em regime de mobilidade e um terceiro ao abrigo de uma licença sem vencimento, reduzindo, assim, a despesa correspondente ao pessoal proveniente da descentralização da área setorial da Educação, dos 83 inicialmente descentralizados e integrados no pessoal do quadro do Município, para os atuais 77, distribuídos nas categorias profissionais de assistente técnico e assistente operacional.

Atendendo a que a assunção da competência por parte do Município de Valpaços, na área setorial da Educação ocorreu em abril de 2022 resultou no conseqüente incremento da despesa face ao ano transato (2021).

c) Reconciliação dos saldos de abertura e encerramento

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes movimentações no plano de benefício definido:

Quadro LXXIV

Tipo de remuneração	Saldo em 01/01/2022	Montante pago	Saldo em 31/12/2022
Eleitos locais	0,00	157 204,49	0,00
Pessoal em funções	0,00	3 137 636,48	0,00
Pessoal aguardando aposentação	0,00	2 686,86	0,00
Pessoal em qualquer outra situação	0,00	50 063,42	0,00
Despesas de representação	0,00	55 212,90	0,00
Subsídio de refeição	0,00	280 211,17	0,00
Subsídio de férias e de natal	471 366,34	579 786,53	732 723,58
Horas extraordinárias	0,00	125 744,83	0,00
Ajudas de custo	0,00	2 187,20	0,00
Abono para falhas	0,00	17 622,67	0,00

Luiz
[Handwritten signature]

Outros	0,00	26 966,35	0,00
Encargos com a saúde - Pagamentos à ADSE	0,00	143 066,54	0,00
Outros encargos com a saúde - Comparticipação de funcionários	0,00	93 102,25	0,00
Subsídio familiar a crianças e jovens	0,00	13 342,06	0,00
Caixa Geral de Aposentações	55 236,76	508 816,39	76 787,37
Segurança Social	98 535,98	527 197,90	147 418,29
Seguros de acidentes de trabalho	0,00	40 675,18	0,00
Outras despesas de segurança social	0,00	1 329,60	0,00
Total	625 139,08	5 762 852,82	956 929,24

De notar que os saldos em aberto no início e término do período, correspondem aos montantes do direito a férias e subsídio de férias que os funcionários da entidade adquiriram no período, assim como os respetivos encargos patronais a pagar no período correspondente.

Não foram reconhecidos no período quaisquer gastos respeitantes a benefícios pós-emprego, nem benefícios de cessação de emprego, a não ser os que resultam de obrigações decorridas da Lei.

d) Análise da obrigação de benefícios definidos dividida por quantias de planos que estejam totalmente sem fundo e quantias decorrentes de planos que estejam total ou parcialmente com fundo.

Não possui a entidade nenhum outro plano que não decorra de exigências legais.

e) Reconciliação dos saldos de abertura e de encerramento dos justos valores dos ativos do plano e dos saldos de abertura e de encerramento de quaisquer direitos de reembolso reconhecidos como um ativo

Não possui a entidade nenhum outro plano que não decorra de exigências legais.

f) Uma reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos constantes de c) e do justo valor dos ativos do plano constante de e) para os ativos e passivos reconhecidos no balanço.

Não possui a entidade nenhum outro plano que não decorra de exigências legais.

g) Gasto total reconhecido na demonstração dos resultados

No período findo a 31 de dezembro de 2022 e 2021, os gastos com o pessoal tinham a seguinte composição:

Quadro LXXV

Tipo de gastos	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com o pessoal	6 106 281,71	4 941 139,98

De notar, que a variação considerável nos gastos com o pessoal no período de 2022 em relação ao período de 2021, se ficou a dever, na sua grande maioria, à transição de trabalhadores do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, em resultado da descentralização da competência na área setorial da Educação (Desde o dia 1 de abril de 2022, o município é responsável pelo pagamento das remunerações que são devidas aos assistentes técnicos e assistentes operacionais que integravam o mapa de pessoal do Ministério da Educação no âmbito do agrupamento de escolas de Valpaços).

h) A quantia total reconhecida na demonstração de alterações no património líquido dos ganhos e perdas atuariais

Não reconheceu a entidade qualquer variação no seu património líquido em resultado de ganhos e perdas atuariais.

i) Para as entidades que reconheçam ganhos e perdas atuariais na demonstração de alterações no património líquido, a quantia acumulada de ganhos e perdas atuarias reconhecidos nessa demonstração

Não reconheceu a entidade qualquer variação no seu património líquido em resultado de ganhos e perdas atuariais.

j) Para cada categoria principal dos ativos do plano, que devem incluir, pelo menos, instrumentos de capital próprio, instrumentos de dívida propriedades e todos os outros ativos, a percentagem ou quantia que cada categoria principal constitui o justo valor dos ativos totais do plano

Não possui a entidade nenhum outro plano que não decorra de exigências legais.

k) As quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano.

Não possui a entidade nenhum outro plano que não decorra de exigências legais.

l) Uma descrição da base usada para determinar a taxa de retorno dos ativos esperada global, incluindo o efeito das principais categorias de ativos do plano

Não possui a entidade nenhum outro plano que não decorra de exigências legais.

Autentado
[Handwritten signature]

m) O retorno real dos ativos do plano, assim como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso reconhecido como um ativo

Não possui a entidade nenhum outro plano que não decorra de exigências legais.

n) Os principais pressupostos atuariais usados à data de relato.

As remunerações devidas a título de ordenados e outros abonos resultam das tabelas salariais em uso para a administração pública, consoante a carreira profissional e respetivo índice, em que o funcionário está enquadrado.

19.2 Pressuposto atuarial em termos absolutos

A atualização salarial é decretada administrativamente pelo Estado, não possuindo a entidade qualquer arbitrariedade para a fixação das remunerações devidas aos seus trabalhadores.

19.3 Divulgações de partes relacionadas

Não reconhece a entidade qualquer tipo de benefício pós-emprego para os seus trabalhadores, salvo os resultantes da Lei.

19.4 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não possui a entidade qualquer provisão, passivo ou ativo contingente que decorram de obrigações de benefícios pós-emprego.

19.5 Contribuição definida

A entidade não reconheceu qualquer quantia como um gasto relativo a planos de contribuição definida.

19.6 Contribuição definida relativa às pessoas chave da gestão

A entidade não possui nenhuma informação acerca de contribuições para planos de contribuição definida relativa às pessoas chave da gestão.

20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Nota 20

20.1 Divulgação de controlo

A entidade em 31 de dezembro de 2022, não tinha de per si qualquer controlo sobre as suas participadas, atendendo a que não detinha a maioria do seu capital ou dos direitos de voto, nem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade.

Todavia, a empresa «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.» é detida, em partes iguais (16,666%), pelos seus seis municípios acionistas pertencentes à CIM do Alto Tâmega e Barroso, pressupondo-se que nesta sociedade, por se entender que existe influência significativa nas tomadas de decisão e por se enquadrar no regime jurídico da atividade empresarial local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) haja controlo por parte da entidade.

Destarte, a entidade, em 31 de dezembro de 2022, detinha controlo sobre a seguinte entidade:

Quadro LXXVI

Entidades Controladas	Sede
EHATB - Empreend.Hid.do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.	Ribeira de Pena

20.2 Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Detinha a entidade no término do período de 2022 e 2021, participações nas seguintes entidades:

Quadro LXXVII

Partes relacionadas	Sede	Percentagem de participação	
		31/12/2022	31/12/2021
Entidades conjuntamente controladas:			
EHATB - Empreend.Hid.do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.	Ribeira de Pena	16,67	16,67
Associadas:			
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Boticas	8,32	8,32
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	Ribeira de Pena	6,67	6,67
Eólica da Padrela, Lda.	Ribeira de Pena	6,67	6,67
ATberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.	Ribeira de Pena	6,67	6,67
Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda.	Porto	3,33	3,33

Handwritten signature and initials in blue ink.

Eólica de Montenegrelo, S.A.	Vila Pouca de Aguiar	8,32	8,32
Eólica de Atilhó, Lda.	Boticas	8,33	8,33
Outras entidades:			
Águas do Norte, S.A	Vila Real	0,08	0,08
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A	Codessoso	0,2	0,22
Arvore - Cooperativo de Atividades Artísticas, CRL	Porto	--	--
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, CRL	Bragança	0,02	0,02
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	--	--

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Quadro LXXVIII

Transações	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Empresa-mãe:								
Município de Valpaços:								
Donativos recebidos				205 000,00				80 000,00
Transferência de ativos de entidades controladas ¹				197 204,04				327 212,52
Entidades com controlo conjunto:								
EHATB - Empreend.Hid.do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.								
Donativos concedidos				-205 000,00				-80 000,00
Transferência de ativos para entidade mãe				-197 204,04				-327 212,52
Total				0,00				0,00

1- Construção de muro em Veiga de Lila, Valpaços (1.194,19 euros); Arranjo das pracetas Vila Jardim e das Camélias em Valpaços (120.051,52 euros) e Beneficiação da EM 553 de Rio Bom a Seixedo (75.958,33 euros).

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

No término do período de 2022 e 2021, não possuía a entidade saldos em aberto com a entidade conjuntamente controlada ou com as demais associadas.

20.6 Pessoas chave da gestão

Em 31 de dezembro de 2022, as pessoas chave da gestão da entidade conjuntamente controlada, eram constituídos por:

Quadro LXXIX

Cargo	Nome	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos
Presidente da mesa da Assembleia Geral	Joao Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho	0,00	0,00	0,00	0,00
Vice-Presidente da Assembleia Geral	Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretário da Assembleia Geral	Nuno Vaz Ribeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Presidente do Conselho de Administração	António Alberto Pires Aguiar Machado	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrador do Conselho de Administração	Fernando Eirao Queiroga	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrador do Conselho de Administração	Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida	0,00	0,00	0,00	0,00

21 – RELATO POR SEGMENTOS

Nota 21

→ A entidade não dispõe de serviços municipalizados, encontrando-se estruturada por unidades orgânicas (Departamento de Finanças e Património, Departamento de Obras Municipais, Departamento de Educação, Cultura e Desporto, Departamento de Urbanismo e Ambiente, Departamento de Administração Geral e Divisão de Espaços Verdes), não constituindo de per si segmentos que sejam classificados como individualizados para efeitos de divulgação da informação e relato financeiro, cativações orçamentais ou alocações similares.

22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Nota 22

→ Como foi relatado na nota 20 deste anexo, a entidade em 31 de dezembro de 2022, não tinha de per si qualquer controlo sobre as suas participadas, atendendo a que não detinha a maioria do seu capital ou dos direitos de voto, nem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade.

Todavia, a empresa «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.» é detida, em partes iguais (16,666%), pelos seus seis municípios acionistas pertencentes

Handwritten signatures and initials in blue ink.

à CIM do Alto Tâmega, pressupondo-se que nesta sociedade, por se entender que existe influência significativa nas tomadas de decisão e por se enquadrar no regime jurídico da atividade empresarial local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) haja controlo por parte da entidade.

Neste âmbito a entidade irá divulgar nas suas demonstrações financeira consolidadas, os ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos, como se de uma única entidade se tratasse, dando cumprimento à NCP 22, nomeadamente:

- a) Balanço consolidado;
- b) Demonstração dos resultados por natureza consolidada;
- c) Demonstração consolidada das alterações no património líquido;
- d) Demonstração consolidada de fluxos de caixa;
- e) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Nota 23

➡ Outras divulgações a 31 de dezembro de 2022.

Transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Transferências e subsídios não reembolsáveis tinha a seguinte composição:

Quadro LXXX

Rubrica	31/12/2022		31/12/2021	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos:				
Estado	5 000,00		5 000,00	
Fundos Comunitários	660 858,45		1 874 423,63	
Outros	5 255,77		8 735,05	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos:				
Instituições sem fins lucrativos				1 113,00
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
FEE - Fundo de eficiência energético				4 376,91
	671 114,22	0,00	1 888 158,68	5 489,91

No quadro anterior, os valores considerados na rubrica «Estado» dizem respeito ao valor pendente de recebimento da obra financiada do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CROMV). A rubrica «Outros» diz respeito à dívida que a empresa «Águas Trás os Montes e Alto Douro, S.A.» tem, no âmbito do consumo de energia elétrica na ETA de Lameirão.

Cientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Cientes, contribuintes e utentes tinha a seguinte composição:

Quadro LXXXI

Rubrica	31/12/2022			31/12/2021		
	Conta Corrente	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido	Conta Corrente	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido
ATIVO CORRENTE						
Cientes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes	69,00	0,00	69,00	0,00	0,00	0,00
Utentes	268 543,93	213 755,89	54 788,04	433 322,76	211 576,47	221 746,29
	268 612,93	213 755,89	54 857,04	433 322,76	211 576,47	221 746,29

No quadro anterior, os valores considerados em «Imparidades acumuladas», são referentes à totalidade do valor dos débitos em dívida há mais de um ano, decorridos da data de emissão da fatura.

A diminuição significativa do valor recuperável líquido em 2022 face ao valor registado no final do ano de 2021, prende-se com a contabilização da renda de concessão do 4º trimestre de 2021 devida pela E-Redes, no montante de 168.242,80 euros, ter sido contabilisticamente arrecadada em 03/01/2022.

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte composição:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Quadro LXXXII

Rubrica	31/12/2022			31/12/2021		
	Conta Corrente	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido	Conta Corrente	Imparidades acumuladas	Valor Recuperável Líquido
ATIVO CORRENTE						
Devedores por acréscimos:						
Juros a receber e outros rendimentos financeiros	524,23	0,00	524,23	150,52	0,00	150,52
Outros acréscimos de rendimentos	1 800 538,03	0,00	1 800 538,03	1 534 727,71	0,00	1 534 727,71
Cauções prestadas	12 619,10	0,00	12 619,10	12 619,10	0,00	12 619,10
Outros devedores e credores						
Devedores por alienação de ativos fixos	13 480,54	0,00	13 480,54	41 727,71	0,00	41 727,71
Outros devedores	29 981,11	0,00	29 981,11	12 683,83	0,00	12 683,83
	1 857 143,01	0,00	1 857 143,01	1 601 908,87	0,00	1 601 908,87

A rubrica «Outros acréscimos de rendimentos» imputados ao período incluí os montantes que foram especializados durante o ano de 2022 (princípio do acréscimo), e cujo recebimento ocorrerá durante o ano de 2023, neste particular, foram especializados os seguintes rendimentos:

1. O IMI de acordo com a dotação inscrita no Orçamento Municipal para 2023, no montante de 1.235.000 euros;
2. O IMI, IUC e IMT, recebidos em 2023, mas cujo rendimento diz respeito a 2022, no montante de 13.073,16 euros, 22.251,56 euros e 37.020,41 euros, respetivamente;
3. Benefício de 2,5% do parque eólico da Serra da Padrela e do Empreendimento hidroelétrico do Rio Alvalá – Ribeira de Pena, recebidos no ano de 2023, mas cujo rendimento é referente a 2022, no valor de 43.251,22 euros e 262.055,45 euros, respetivamente;
4. Restituição do saldo excedentário da conta corrente de IVA, resultante de pagamentos em excesso no montante de 65.910,41 euros, recebidos em 2023 referente a anos transatos – uso do Pro-Rata como método de dedução do imposto (IVA);
5. Os restantes acréscimos de rendimento no montante de 121.975,82 euros, distribuí-se por várias rubricas, nomeadamente saneamento (32.407,15 euros), resíduos sólidos (18.806,65 euros), venda de água (28.684,31 euros), tarifa de água (34.036,73 euros) e outros (8.040,98 euros), cujo rendimento diz respeito ao período de 2022, tendo a receita arrecadada enquadramento no orçamento de 2023.

A rubrica «Cauções prestadas», que totaliza 12.619,10 euros, respeita a: 2.744,10 euros de uma caução prestada ao Tribunal de Valpaços no âmbito da Regeneração e revitalização do centro antigo da cidade de Valpaços (valor arrecadado no período de 2023); 1.000,00€ de caução

prestada à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) no âmbito da rejeição de águas residuais da fossa séptica do Pereiro (Argeriz); e 8.875,00€ de caução prestada à empresa Infraestruturas de Portugal pelo licenciamento de obras de saneamento para a ligação do efluente residual de Argemil e Ribas a Argeriz.

A rubrica «Outros devedores», refere-se a revisões de preço positivas (a favor da entidade), cujos montantes ainda não foram recebidos.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Estado e outros entes públicos tinha a seguinte composição:

Quadro LXXXIII

Rubrica	31/12/2022		31/12/2021	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	0,00	41 492,48	0,00	38 337,43
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	127 659,03	0,00	28 927,70	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	15 798,39	0,00	13 438,97
	127 659,03	57 290,87	28 927,70	51 776,40

O aumento significativo da rubrica «Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)», resulta da aplicação do método de dedução PRO-RATA aplicado pelo Município no período de 2022, referente aos anos de 2021 e 2022.

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Diferimentos ativos tinha a seguinte composição:

Quadro LXXXIV

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativo corrente				
Outros gastos a reconhecer				
Outros custos diferidos	46 037,99	33 366,65	12 671,34	37,98%
	46 037,99	33 366,65	12 671,34	37,98%

Nesta rubrica foram registados todos os gastos cujo reconhecimento só deverá ocorrer em períodos futuros, tais como os seguros (24.511,04 euros), projetos e serviços de informática

Suilen

(7.046,30 euros) e contratos de publicidade na rede de táxis (14.480,66 euros), cuja despesa foi suportada no orçamento do ano 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Diferimentos passivos tinha a seguinte composição:

Quadro LXXXV

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Passivo corrente				
Rendimentos a reconhecer				
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições				
Resto do Mundo (Fundos Comunitários)	1 089 542,03	2 349 929,00	-1 260 386,97	-53,64%
Outras concessões	2 980 489,00	0,00	2 980 489,00	100,00%
Outros	358 857,92	0,00	358 857,92	100,00%
	4 428 888,95	2 349 929,00	2 078 959,95	88,47%

Na rubrica «Resto do Mundo» estão refletidos os montantes totais elegíveis (com condições) das obras financiadas por Fundos Europeus, tais como «NORTE 2020», «PDR2020». Na rubrica «Outros» constam os valores recebidos (com condições cumpridas) de obras financiadas.

A rubrica «Outras concessões», reflete o rendimento a reconhecer dos Ativos associados ao contrato de concessão entre a E-Redes e o Município.

Património Líquido

Conforme consta do mapa da Demonstração das alterações no património líquido, as variações em 2022, nesta rubrica do balanço, justificam-se do seguinte modo:

- **Património** - Não existiu qualquer variação na rubrica de «Património».
- **Reservas** - Não existiu qualquer variação na rubrica de «Reservas».
- **Resultados transitados** – O movimento ocorrido em 2022 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do período de 2021 no montante de -21.996,90 euros.
- **Ajustamentos em ativos financeiros** – O movimento ocorrido em 2022 no montante de -305.034,04 euros, está relacionado com o método da equivalência patrimonial (MEP)

decorrente das participações em empresas locais e associadas em que a entidade detém participações financeiras.

• **Outras variações no património líquido:**

Nesta rubrica o saldo a 31 de dezembro de 2022, no montante de 30.745.237,78 euros, discrimina-sê da seguinte forma:

Quadro LXXXVI

Rubrica	Saldo a 31/12/2021	Aumentos					Diminuições	Saldo a 31/12/2022
		Ajustamentos de transição	Donativos em numérico	Donativos em espécie	Transferências Gratuitas	Subsídios de capital	Reconhecimento de rendimentos com subsídios	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)-(7)
Outras variações no património líquido								
Transferências e subsídios de capital								
Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	18 679 562,91					1 875 763,16	1 808 443,24	18 746 882,83
Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	279 751,86							279 751,86
Outras transferências e subsídios de capital	3 988 844,51					1 604 470,00	403 448,07	5 189 866,44
Doações e transferências								
Doações obtidas	1 221 920,93				3 766 550,00			4 988 470,93
Outras variações do património líquido	1 343 061,68				197 204,04			1 540 265,72
	25 513 141,89	0,00	0,00	0,00	3 963 754,04	3 480 233,16	2 211 891,31	30 745 237,78

Da análise ao quadro, verificamos um aumento significativo na rubrica «Doações obtidas», oriundo na concretização da Transferência de Competências para o Município, na área sectorial da Educação, levando a autarquia a incorporar no seu património três escolas, no montante de 3.766.550 euros. Este valor foi contabilizado atendendo ao Valor Patrimonial Tributário (VPT), atribuído pela AT ao referido património.

No período de 2022, houve igualmente um aumento de 197.204,04 euros originário na transferência gratuita de ativos provenientes da entidade “EHATB – Empreend. Hid. Do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.”, discriminados por: 1.194,19 euros da revisão de preços da construção de um muro na localidade de Veiga de Lila; 120.051,52 euros do arranjo das pracetas Vila Jardim e das Camélias, em Valpaços; e 75.958,33€ da beneficiação da EM 553 de Rio Bom a Seixedo.

Conforme o discriminado, verificam-se os seguintes aumentos na rubrica «Outras variações no património líquido»: o montante de 3.480.233,16 euros, dos quais 1.875.763,16 euros são

Handwritten signatures and initials in blue ink.

relativos a subsídios ao investimento, 1.060.702 euros do Fundo de equilíbrio financeiro e 543.768 euros do Art.º 35º, n.º3 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro.

Por sua vez, esta rubrica sofreu uma redução no montante de 1.959.918,31 euros, relacionada com a especialização dos rendimentos associados aos subsídios ao investimento, reconhecidos, a par das depreciações dos respetivos ativos objeto de financiamento. O remanescente da variação (diminuição) desta rubrica no montante de 251.973 euros é fruto da aprovação do OE de 2022, que efetivou um corte na previsão do montante a atribuir ao Município sob a verba do «Art.º 35 n.º 3 da Lei nº 73/2013», como se veio a efetivar no decurso da gerência.

No que respeita aos subsídios ao investimento tendentes à aquisição de ativos fixos tangíveis, em termos comparativos, estes apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Quadro LXXXVII

Rubrica	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos depreciables	Ativos não depreciables	Ativos depreciables	Ativos não depreciables
Saldo Inicial	18 679 562,91	279 751,86	18 585 030,90	279 751,86
Subsídios recebidos	1 875 763,16	0,00	1 427 227,93	0,00
Imputação de subsídios a resultados	-1 808 443,24	0,00	-1 332 695,92	0,00
Saldo final	18 746 882,83	279 751,86	18 679 562,91	279 751,86

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Fornecedores tinha a seguinte composição:

Quadro LXXXVIII

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Passivo corrente				
Fornecedores	93 469,23	107 634,21	-14 164,98	-13,16%
Fornecedores de Investimento	9 449,98	42 245,40	-32 795,42	-77,63%
	102 919,21	149 879,61	-46 960,40	-31,33%

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

Quadro LXXXIX

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Cauções (Depósitos obrigatórios)	1 256 477,42	1 020 362,46	236 114,96	23,14%
Outros credores	50 541,09	50 541,09	0,00	0,00%
	1 307 018,51	1 070 903,55	236 114,96	22,05%
PASSIVO CORRENTE				
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a Liquidar	906 325,69	582 936,61	323 389,08	55,48%
Outros acréscimos de gastos	234 343,17	515 228,45	-280 885,28	-54,52%
Outros credores	69,25	77,46	-8,21	-10,60%
	1 140 738,11	1 098 242,52	42 495,59	3,87%
	2 447 756,62	2 169 146,07	278 610,55	12,84%

Na rubrica das «Outras contas a pagar», passivo não corrente, no montante global de 1.256.477,42 euros na conta de cauções, respeita: 1.217.313,08 euros a cauções de empreitadas e fornecimentos, 38.530,95 euros a cauções de contratos de água e 633,39 euros a outras cauções prestadas. Encontra-se também registada nesta rubrica de passivo não corrente, em outros credores, no montante de 50.541,09 euros referentes a garantias bancárias prestada pelo Novo Banco, no âmbito do processo expropriativo do parque de estacionamento na vila de Carrazedo de Montenegro.

Por sua vez, no passivo corrente, a rubrica de credores por acréscimos de gastos, apresenta como valores de maior materialidade, a importância estimada relativa às remunerações dos encargos a incorrer com férias e subsídios de férias a liquidar aos funcionários do Município, no montante de 906.325,69 euros, bem como a importância de 234.343,17 euros associado aos restantes gastos reconhecidos no período de 2022, mas que só serão liquidados (pagos) nos períodos seguintes (vencimento da obrigação).

Autoren
cf
mg

Fornecimentos e serviços externos

Em 2022 e 2021, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte composição:

Quadro XC

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Fornecimentos e serviços externos				
Subcontratos e parcerias	1 477 196,63	1 718 028,26	-240 831,63	-14,02%
Serviços especializados	2 627 115,09	2 095 228,39	531 886,70	25,39%
Trabalhos especializados	344 066,76	365 254,17	-21 187,41	-5,80%
Publicidade, comunicação e imagem	90 125,19	110 928,46	-20 803,27	-18,75%
Vigilância e segurança	5 990,41	2 818,40	3 172,01	112,55%
Honorários	1 744 279,24	1 219 996,03	524 283,21	42,97%
Comissões	64 723,20	59 060,53	5 662,67	9,59%
Conservação e reparação	377 930,29	337 170,80	40 759,49	12,09%
Materiais de consumo	174 783,31	139 778,01	35 005,30	25,04%
Energia e fluidos	437 221,07	452 604,34	-15 383,27	-3,40%
Deslocações, estadas e transportes	14 822,83	2 700,68	12 122,15	448,86%
Serviços diversos	230 273,67	199 021,80	31 251,87	15,70%
Rendas e alugueres	21 262,98	9 620,10	11 642,88	121,03%
Comunicação	32 459,31	41 486,45	-9 027,14	-21,76%
Seguros	36 022,93	82 790,61	-46 767,68	-56,49%
Contencioso e notariado	9 743,33	17 306,94	-7 563,61	-43,70%
Despesas de representação dos serviços	29 013,08	2 228,35	26 784,73	1202,00%
Limpeza, higiene e conforto	78 677,04	45 589,35	33 087,69	72,58%
Outros serviços	23 095,00	0,00	23 095,00	100,00%
Serviços de Educação	2 800,00	0,00	2 800,00	100,00%
Outros	20 295,00	0,00	20 295,00	100,00%
	4 961 412,60	4 607 361,48	354 051,12	7,68%

A rubrica de «Serviços especializados» engloba diversos gastos relacionados, nomeadamente com estudos, pareceres e consultoria jurídica, projetos e serviços de informática, organização de eventos, conservação e reparação de bens, publicidade, honorários e outros gastos incorridos no desenvolvimento de atividades desenvolvidas pelo Município.

Por sua vez, os «Serviços diversos», dizem essencialmente respeito a gastos incorridos com limpeza, higiene e conforto.

Gastos com o pessoal

Em 2022 e 2021, a rubrica de Gastos com o pessoal tinha a seguinte composição:

Quadro XCI

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Gastos com o pessoal				
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	237 773,76	241 036,08	-3 262,32	-1,35%
Remunerações do pessoal	4 459 969,89	3 458 493,25	1 001 476,64	28,96%
Encargos sobre remunerações	1 106 680,43	971 990,39	134 690,04	13,86%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	34 106,09	19 641,77	14 464,32	73,64%
Outros gastos com o pessoal	251 855,62	235 781,11	16 074,51	6,82%
Outros encargos sociais	15 895,92	14 197,38	1 698,54	11,96%
	6 106 281,71	4 941 139,98	1 165 141,73	23,58%

Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

Em 2022 e 2021, a rubrica Transferências e subsídios concedidos e de prestações sociais tinha a seguinte composição:

XCII

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Transferências correntes concedidos				
Serviços e Fundos Autónomos	96 705,92		96 705,92	100,00%
Administração Local				
Associações de Municípios	138 838,03	112 795,44	26 042,59	23,09%
Freguesias	223 170,85	225 633,86	-2 463,01	-1,09%
Outros setores institucionais				
Instituições sem fins lucrativos	1 344 979,44	834 429,15	510 550,29	61,19%
Famílias (Apoios sociais, bolsas de estudo, cadernos de atividades, ...)	205 957,78	207 941,89	-1 984,11	-0,95%
Subsídios correntes concedidos				
Outros setores institucionais				
Programas ocupacionais	257 801,46	393 034,51	-135 233,05	-34,41%
Sociedades e quase sociedades não financeiras		90 340,00	-90 340,00	-100,00%
	2 267 453,48	1 864 174,85	403 278,63	21,63%
Transferências de capital concedidas				
Administração Local				
Associações de Municípios		5 321,72	-5 321,72	-100,00%
Freguesias	451 294,16	533 499,61	-82 205,45	-15,41%
Outros setores institucionais				
Instituições sem fins lucrativos	500 441,78	384 921,89	115 519,89	30,01%
Famílias	10 806,11	38 716,98	-27 910,87	-72,09%
	962 542,05	962 460,20	81,85	0,01%
	3 229 995,53	2 826 635,05	403 360,48	14,27%

Handwritten signature and initials in blue ink.

Para o aumento das «Transferências e subsídios concedidos», concorrem entre outros, as verbas transferidas para as instituições sem fins lucrativos e para os Serviços e fundos autónomos, no âmbito da descentralização administrativa.

Outros gastos

Em 2022 e 2021, a rubrica de Outros gastos tinha a seguinte composição:

Quadro XCIII

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Outros gastos				
Impostos e taxas	68 709,29	83 776,97	-15 067,68	-17,99%
Outros				
Correções relativas a períodos anteriores		43 298,01	-43 298,01	-100,00%
Quotizações	20 426,96	17 680,52	2 746,44	15,53%
Outros não especificados	42 056,05	26 400,35	15 655,70	59,30%
	131 192,30	171 155,85	-39 963,55	-23,35%

Na rubrica «Outros não especificados», encontram-se refletidas as compensações aos membros da mesa no âmbito da realização das eleições, assim como franquias contratuais, indemnizações e multas não fiscais.

Juros e gastos similares suportados

Em 2022 e 2021, a rubrica de Juros e gastos similares suportados tinha a seguinte composição:

Quadro XCIV

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Variação	
			Absoluta	Relativa
Gastos por juros e outros encargos				
Juros e encargos suportados				
Juros de financiamentos obtidos	32 805,40	38 664,04	-5 858,64	-15,15%
Juros de locação financeira e concessões	5,57	222,12	-216,55	-97,49%
Juros tributários		11,94	-11,94	-100,00%
Outros juros	34,90	0,00	34,90	100,00%
Outros gastos de financiamento	116,35	1 768,30	-1 651,95	-93,42%
	32 962,22	40 666,40	-7 704,18	-18,94%